ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E AGROPECUÁRIA S.A.
CNPJ nº 62.182.092/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. submete a apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras referentes às atividades encerradas em 31 de dezembro de 2017, após as devidas avaliações de auditores independentes. Destacamos como pontos mais relevantes a fim de proporcionar mecanismos adicionais para a interpretação do demonstrativo uma receita líquida de vendas R$ 1.314.531 e lucro líquido do exercício de R$ 156.849 (valores expressos em milhares de reais). A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às operações da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados em relação ao exercício de 2016 e todos os valores estão em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma. A Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. em 2018 completa 50 anos de operações no Brasil e tem como objeto social a importação, a exportação, a indústria, comércio e representações de inseticidas, fungicidas, herbicidas, adubos, produtos químicos e agropecuários, industriais, máquinas, implementos e acessórios industriais e agrícolas, prestação de serviços técnicos e aplicação de defensivos agropecuários e indústria agrícola, para empresas do ramo agrícola.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	90.871	71.717
Contas a receber de clientes (Nota 7)	685.115	770.763
Estoques (Nota 8)	146.181	119.970
Impostos a recuperar (Nota 9)	45.941	30.857
Partes relacionadas (Nota 13)	30.987	79.666
Outros Créditos	10.486	10.040
	1.009.581	1.083.013
Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	2.512	8.157
Depósitos Judiciais (Nota 27)	1.754	1.743
Bens disponiveis para venda (Nota 26)	20.419	12.138
Tributos diferidos (Nota 18)	64.949	84.459
Outros créditos	8.309	8.719
	97.943	115.216
Investimentos	67	67
Imobilizado (Nota 10)	51.435	42.427
Intangível (Nota 11)	194.130	191.128
	245.632	233.622
	343.575	348.838
Total do ativo	1.353.156	1.431.851

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	82.381	231.608
Fornecedores (Nota 14)	84.331	75.474
Partes relacionadas (Nota 13)	84.999	34.710
Vendor e Credito Rural (Nota 28)	89.107	107.345
Salários e encargos sociais	11.084	10.565
Impostos e Parcelamentos (Nota 15)	38.340	36.364
Dividendos Propostos (Nota 16 (c)) e (Nota 17)		51.577
Provisões (Nota 21)	122.771	151.100
Outras Obrigações	20.728	15.242
	533.741	713.985
Não circulante		
Plano de pensão e plano de saúde (Nota 20)	20.014	19.018
Impostos e Parcelamentos (Nota 15)	68.290	76.642
Provisão para contingências (Nota 27)	2.291	2.427
	90.595	98.087
Total do passivo	624.336	812.072
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	320.454	300.697
Reserva de Lucros	317.383	324.323
Dividendos adicionais propostos	100.200	–
Outros Resultados Abrangentes	(9.217)	(5.241)
Total do passivo e patrimônio líquido	728.820	619.779
Total do passivo e patrimônio líquido	1.353.156	1.431.851

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de Lucro: Reserva legal	Reservas de Lucro: Reserva de retenção lucros	Outros resultados abrangentes	Dividendo Adicional	Total
Em 31 de dezembro de 2015	8.357	–	406.025	(746)	–	413.636
Aumento de capital na incorporação (Nota 16 (a))	292.340	–	–	–	–	292.340
Lucro líquido do exercício	–	–	204.643	–	–	204.643
Prejuizo Incorporação MAS	–	–	(21.687)	–	–	(21.687)
Constituição de reserva legal	–	60.139	(60.139)	–	–	–
Perda na atualização do plano de benefício definido e saúde	–	–	–	(4.495)	–	(4.495)
Destinação do lucro	–	–	–	–	–	–
Juros sobre capital próprio (Nota 16 (d))	–	–	(40.408)	–	–	(40.408)
Dividendos distribuidos	–	–	(224.250)	–	–	(224.250)
Em 31 de dezembro de 2016	300.697	60.139	264.184	(5.241)	–	619.779
Lucro líquido do exercício	–	–	156.849	–	–	156.849
Aumento de Capital (Nota 16 (a))	19.757	–	(19.757)	–	–	–
Constituição de reserva legal	–	3.944	(3.944)	–	–	–
Perda na atualização do plano de benefício definido e saúde	–	–	–	(3.976)	–	(3.976)
Destinação do lucro	–	–	–	–	–	–
Juros sobre capital próprio (Nota 16 (d))	–	–	(43.833)	–	–	(43.833)
Dividendos adicional a distribuir (Nota 17)	–	–	(100.200)	–	100.200	–
Em 31 de dezembro de 2017	320.454	64.083	253.300	(9.217)	100.200	728.820

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Receita operacional	2017	2016
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 22)	1.314.531	1.332.482
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados (Nota 23)	(865.582)	(793.612)
Lucro bruto	**448.949**	**538.870**
Outras receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas e Vendas (Nota 24)	(217.216)	(202.860)
Outras despesas, líquidas	4.216	(9.096)
	(213.000)	**(211.956)**
Lucro antes das receitas e (despesas) financeira	**235.949**	**326.914**
Resultado financeiro, líquido (Nota 25)	(27.437)	(70.014)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**208.512**	**256.900**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)		
Corrente	(32.154)	(80.437)
Diferido	(19.509)	28.180
Lucro líquido do exercício	156.849	204.643
Lucro básico e diluído por ação - em R$ (Nota 16 (f))	17,33	22,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	**156.849**	**204.643**
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Perda na atualização do plano de benefício definido	(3.976)	(4.495)
Total do resultado abrangente do exercício	**152.873**	**200.148**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	156.849	204.643
Ajustes:		
Depreciação e amortização	7.857	6.464
Resultado na baixa de ativo imobilizado, intangível e investimento	115	582
Variação cambial de empréstimos/financiamentos	216	(8.851)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.509	(35.083)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(136)	2.028
Constituição (reversão) de provisões	(31.353)	50.408
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	23.366	36.119
Prejuízo na incorporação		(21.687)
Perda estimada com estoques	2.491	3.885
Perda estimada para contas a receber	44.992	115.830
Perda na atualização do plano de benefício definido	2.004	(4.495)
Ajuste a valor presente	(2.228)	23.308
	223.683	**373.151**
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber clientes	(4.145)	(245.252)
Estoques	(23.720)	1.483
Impostos a recuperar	7.886	(3.882)
Despesas antecipadas	–	–
Partes relacionadas	98.968	(126.394)
Outros créditos	(21.376)	3.003
Depósitos judiciais	(11)	8
Fornecedores	8.857	(11.812)
Salários e encargos sociais	519	1.550
Impostos e parcelamentos	(6.376)	6.459
Outras obrigações	5.486	1.956
Provisões para contingências	(208)	(606)
Benefícios a empregados	(3.007)	3.362
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**286.556**	**3.026**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(14.723)	(11.790)
Valor recebido pela venda de bens de dação	–	–
Valor recebido pela venda de imobilizado	–	–
Adições no intangível	(5.569)	(6.797)
Ágio proveniente de incorporação	–	(158.600)
Adiçoes de investimento	–	(24)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(20.292)**	**(177.211)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingresso de empréstimos e financiamentos		
(–) Empréstimos e financiamentos pagos	(281.492)	(176.733)
(+) Empréstimos e financiamentos recebidos	129.792	230.976
(–) Juros Pagos partes relacionadas	–	(2.353)
Juros sobre capital próprio	(43.833)	(40.408)
Aumento de capital na incorporação	–	292.340
Dividendos Distribuidos	(51.577)	(172.673)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamentos	**(247.110)**	**131.149**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**19.154**	**(43.036)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**71.717**	**114.753**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**90.871**	**71.717**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. ("Arysta" ou "Companhia") foi constituída em 26 de agosto de 1968 e tem como objeto social a importação, a exportação, a indústria, comércio e representações de inseticidas, fungicidas, herbicidas, adubos, produtos químicos e agropecuários, industriais, máquinas, implementos e acessórios industriais e agrícolas, prestação de serviços técnicos e aplicação de defensivos agropecuários e indústria agrícola, para empresas do ramo agrícola. A Companhia tem uma fábrica em Salto de Pirapora, próximo à cidade de São Paulo, onde é utilizada moderna tecnologia de produção de defensivos agrícolas. A Companhia possui um avançado centro de pesquisa e desenvolvimento agrícola em Pereiras, São Paulo, onde são testados e desenvolvidos novos produtos e também geradas novas tecnologias, com o objetivo de apoiar técnicos e produtores no manejo de pragas, doenças e ervas daninhas. A Companhia possui seu escritório central em São Paulo e quatro filiais localizadas em Barueri, Cuiabá, Ibiporã e Luís Eduardo Magalhães. Como parte da estratégia de reorganização societária, a Arysta foi convertida de uma Empresa limitada para uma Companhia de sociedade anônima de capital fechado conforme deliberação em Assembleia Geral realizada em 1º de Junho de 2016. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 23/03/2018.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **3.3. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Ativos financeiros: são classificados de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Passivos financeiros: são classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a estimativa de perda com crédito de liquidação duvidosa. **3.5. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.6. Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. **3.7. Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso das máquinas e equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração avaliou a vida útil do ativo imobilizado, não tendo identificado alteração significativa na vida útil desses ativos. **3.8. Intangível: (a) *Softwares*:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **(b) Custos de pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e são amortizados pelo período esperado de benefícios econômicos futuros. Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **(c) Ágio:** O ágio registrado foi transferido para Arysta quando da incorporação da MAS Acquisitions Químico Ltda. ("MAS") em 1 de Julho de 2016. **3.9. Recuperação de Ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A revisão da realização do ágio foi realizada centralmente pela controladoria da Companhia. **3.10. Outros Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação seja provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. **3.11. Tributação:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquota
ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias	18%, 12%, 7,2% e 4,8%
PIS - Programa Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição Seguridade Social	7,60%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas (Nota 22).Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A tributação é reconhecida pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. **3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.13. Capital social:** As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido. **3.14. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas ou despesas financeiras. **3.15. Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** Conforme Estatuto Social registrado em 27/07/2016, a Companhia anualmente, nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, realiza uma assembleia Geral Ordinária para: a) tomar, anualmente, a conta dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os administradores; e d) fixar os honorários globais dos membros da Diretoria. Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo, equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício. A diretoria poderá declarar juros sobre capital próprio, nos termos do 7º do artigo da Lei nº 9.245/95 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no momento da aprovação da ata de reunião dos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.16. Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração entende que as novas orientações do IFRS 15 não trarão impactos na classificação e contabilização das receitas de contratos com clientes. **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia não possui operações de arrendamento mercantil, sendo assim, a aplicação do IFRS 16 não terá impacto para os saldos contábeis da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para devolução de vendas, provisão para descontos financeiros a clientes, provisão para rebates, provisão para contingências, benefícios de aposentadoria e considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **4.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros. Outras informações sobre perdas em crédito de liquidação duvidosas são apresentadas na nota explicativa 7. **4.2. Provisão para devolução de vendas:** Provisão de devolução é constituída baseada em um percentual histórico de devoluções efetivas além de uma análise de projeções de mercado visando refletir de forma clara a correta mensuração de desempenho quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade a Companhia. **4.3. Provisão para descontos financeiros:** Provisão de desconto financeiro é constituído mediante uma condição futura específica acordada entre vendedor e comprador quando da realização do negócio comercial visando a fidelização de clientes, alavancar o volume de vendas, incentivar o pagamento em dia e premiar clientes que pagam pontualmente. A Provisão de Desconto financeiro segue a regra da média dos últimos 3 anos (2% sobre o contas à receber em aberto). **4.4. Provisão para rebates:** Provisão de rebate é um incentivo ou suplementos às vendas do produto, visando maior competitividade e fortalecimento do relacionamento entre a Companhia e os clientes. O pagamento segue regras e procedimentos aprovados previamente em política interna e a participação por parte dos clientes está sujeita ao cumprimento de critérios estabelecidos na política interna da companhia. **4.5. Provisão para contingências:** A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, fundamentada em pareceres de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 27. **4.6. Benefícios de aposentadoria:** A Companhia patrocina um plano de benefícios previdenciários, na modalidade de benefício definido, voltado aos seus empregados e administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil. As contribuições da Companhia são determinadas de forma atuarial e registradas pelo regime de competência. O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 20. O benefício de suplementação de aposentadoria é: (i) salário real de benefício (média aritmética simples dos últimos 12 salários efetivamente recebidos pelo participante ativo, excluído o 13º salário, corrigidos mês a mês pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), descontadas as antecipações); menos (ii) valor da unidade previdenciária Arysta, estimado na data de avaliação; e proporcionalizado ao (iii) serviço creditado, ou seja, o período de tempo de serviço ininterrupto ou não, de um participante na patrocinadora na data de sua aposentadoria, limitado a 25 anos. Requisitos mínimos para obtenção do benefício: • 60 anos de idade; • 10 anos de serviço creditado; • 5 anos de vinculação ao plano; • Concessão do benefício pela Previdência Social. Esses benefícios são classificados, de acordo com as definições dos padrões estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do pronunciamento técnico CPC 33-R1, como benefícios definidos. Assim, as demonstrações financeiras devem seguir a formalística e os requerimentos de mensuração e divulgação estabelecidos pelos benefícios dessa natureza. Com a adoção dos padrões estabelecidos pelo CPC 33 R1, os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos imediatamente no período em que ocorrerem em "Outros resultados abrangentes" - conta de patrimônio líquido. Em dezembro de 2007, a Companhia em conjunto com a Matriz, optou pelo saldamento do plano de aposentadoria de benefícios definidos e pela implantação de um plano de Contribuição Definida. **4.7. Custos de desenvolvimento:** Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na Nota 3.7 (b). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R$33.082 (R$29.675 em 2016). Esse valor inclui investimentos significativos no desenvolvimento de produtos inovadores de defensivos agrícolas. Antes de ser comercializado, é preciso que se obtenham licenças emitidas pelas autoridades regulatórias competentes. Devido à natureza inovadora dos produtos, existe alguma incerteza sobre a obtenção das licenças. Contudo, a Companhia está certa de que as licenças serão obtidas.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPCs 38, 39 e 40, e são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017 e dezembro de 2016 se aproximam dos valores de mercado. As aplicações financeiras são indexadas ao CDI e estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras. Portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, através de contratos de NDF (Non deliverable forward).

Instrumentos financeiros	2017	2016
Ativos financeiros		
Caixas e equivalente de caixa	90.871	71.717
Contas a receber de clientes	687.627	778.920
Partes relacionadas	30.987	79.666
	809.485	930.303
Passivos financeiros	84.331	75.474
Fornecedores		
Empréstimos e financiamentos	82.381	231.608
Partes relacionadas	84.999	34.710
	251.711	341.792

(a) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. **(b) Risco de crédito:** Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de defensivos agrícolas. As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha, com exceção às debêntures junto ao Banco Santos o qual está totalmente provisionado para perdas. **(c) Risco de taxas de câmbio:** A Companhia possui ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de venda e compras, cujos preços são indexados ao dólar norte-americano. A Companhia tinha direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme demonstrado abaixo:

	2017 Moeda Estrangeira: Tipo	Valores em milhares	R$	2016 Moeda Estrangeira: Tipo	Valores em milhares	R$
Clientes	USD	9.247	30.987	USD	9.157	31.207
Total de direitos			**30.987**			**31.207**
Fornecedores	USD	102.736	134.056	USD	53.754	84.061
Fornecedores	EUR			EUR		
Fornecedores	YEN	10.737	267	YEN		
Total das obrigações			**134.323**			**84.061**

A estratégia adotada em 2017 consistiu basicamente em se manter os ativos e os passivos atrelados à moeda estrangeira protegidas por contratos de NDF (Non deliverable forward). **(d) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Gestão de capital	2017	2016
Total dos empréstimos (Nota 12)	82.381	231.608
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(90.871)	(71.717)
Dívida líquida (A)	(8.490)	159.891
Total do patrimônio líquido (B)	728.820	619.779
Total do capital (A+B)	720.330	779.670
Índice de alavancagem financeira - %		21%

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa e bancos	90.871	22.715
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (i)	–	49.002
Debêntures - Banco Santos S.A. (em liquidação)	5.355	5.355
Perda estimada com debêntures (ii)	(5.355)	(5.355)
	90.871	71.717

(i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com liquidez imediata. (ii) A provisão para perdas foi constituída sobre as aplicações em debêntures mantidas junto ao Banco Santos S.A., que está sendo liquidado pelo Banco Central do Brasil.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2017	2016
Mercado interno	1.224.595	1.263.793
Mercado externo	–	160
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(150.936)	(127.570)
Ajuste a valor presente (i)	(47.778)	(50.006)
Operação Barter (ii)	(340.269)	(302.687)
Outras perdas estimadas (iii)	2.014	(4.770)
	687.627	778.920
Circulante	685.115	770.763
Não circulante	2.512	8.157

(i) O ajuste a valor presente (AVP) das contas a receber é calculado tomando como base os vencimentos das faturas trazidas e utilizando as taxas de juros alocadas ao risco de cada contrato de venda, sendo a taxa média de 0,2% até 6,89%. (ii) A operação Barter é uma concessão de crédito corporativo baseado em financiamentos lastreados em operações de troca. Nesse modelo de negócio, o banco fornece o capital de giro a fabricantes de insumos, que fornecem os fertilizantes e defensivos aos produtores rurais em troca do produto final visando o aumento na quantidade de negócios, recebimento à vista pelas vendas, melhora nos índices de liquidez, endividamento e necessidade de caixa. O Barter não se trata de uma simples negociação de troca, como as práticas tradicionais de mercado, uma vez que no Barter são as operações que têm a liquidação financeira diretamente pela parte interessada nos produtos agropecuários e que esteja com seu preço fixado, ou preço mínimo. Esta operação implica em antecipar a venda de insumos a produtores agrícolas, onde estes emitem uma Cédula de Produto Rural (CPR) com a garantia de entrega de um determinado volume de grão correspondente ao valor dos insumos agrícolas. Este grão é um produto de *commoditie* e merece uma atenção especial, e é por este motivo que esta operação é possível. Todas as operações passam por uma criteriosa análise de riscos, conforme a operação. (iii) As outras perdas estimadas referem-se principalmente a juros não recebidos e outras perdas estimadas com contas a receber de clientes. A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*), e a perda estimada com créditos de devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2017:

	2017	
A vencer	1.028.451	
Vencidos:	196.144	
De 1 a 30 dias	7.357	
De 31 a 60 dias	3.817	
De 61 a 90 dias	6.038	
De 91 a 180 dias	9.190	
De 181 a 360 dias	19.679	
Mais de 360 dias	150.063	
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(150.936)	(127.570)
Ajuste a valor presente	(47.778)	(50.006)
Operação Barter	(340.269)	(302.687)
Outras perdas estimadas	2.014	(4.770)
Total Geral	687.626	778.920

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	127.570	91.451
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	66.444	58.866
Valores baixados da provisão	(43.078)	(22.747)
Em 31 de dezembro	150.936	127.570

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia possui mais de 1.054 clientes ativos na carteira (1.205 clientes em 2016), e nenhum desses clientes representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

8. ESTOQUES

	2017	2016
Produtos acabados	56.425	57.534
Produtos em elaboração	636	3.270
Matérias-primas	21.526	19.235
Mercadorias para revenda	33.943	26.944
Importação em andamento	27.688	9.878
Perda estimada com estoques	(1.453)	(3.944)
Outros - Estoque	7.416	7.053
	146.181	119.970

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "custo de vendas", totalizou R$ 865.582 (2016 - R$ 793.612).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2017	2016
Imposto de renda a compensar	1.073	1.364
PIS/COFINS a compensar	9.948	1.783
IPI a recuperar	7.116	5.072
ICMS a recuperar	27.509	22.618
Outros impostos e contribuições	295	20
	45.941	30.857

10. IMOBILIZADO

	Terrenos	Instalações	Veículos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias e Edificações	Imobilizado em Andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2016								
Custo total	865	5.301	1.299	1.795	30.328	10.062	11.453	61.103
Depreciação acumulada	–	(2.589)	(811)	(928)	(17.759)	(3.383)	–	(25.470)
Saldo contábil líquido	865	2.712	487	867	12.569	6.679	11.453	35.634
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo inicial	865	2.712	487	867	12.569	6.679	11.453	35.634
Aquisições	–	468	–	1.184	6.152	576	(908)	7.472
Baixas	–	(4)	–	(223)	(270)	(85)	–	(582)
Transferências	–	7.648	–	140	3.989	330	(7.789)	4.319
Depreciação	–	(527)	(164)	(383)	(3.092)	(249)	–	(4.415)
Saldo contábil líquido	865	10.297	323	1.586	19.349	7.250	2.757	42.427
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo total	865	13.413	1.299	2.896	40.199	10.883	2.757	72.312
Depreciação acumulada	–	(3.116)	(976)	(1.310)	(20.850)	(3.633)	–	(29.885)
Saldo contábil líquido	865	10.297	323	1.586	19.349	7.250	2.757	42.427
Em 31 de dezembro de 2017								
Saldo inicial	865	10.297	323	1.586	19.349	7.250	2.757	42.426
Aquisições	–	517	446	399	7.544	1.057	4.760	14.724
Baixas	–	–	(58)	(5)	(36)	(16)	–	(115)
Transferências	–	421	–	(726)	(93)	1.543	(1.145)	–
Depreciação	–	(1.168)	(157)	(140)	(3.745)	(389)	–	(5.599)
Saldo contábil líquido	865	10.068	554	1.113	23.018	9.446	6.372	51.435
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo total	865	14.352	1.686	2.564	47.614	13.468	6.372	86.920
Depreciação acumulada	–	(4.284)	(1.133)	(1.451)	(24.596)	(4.022)	–	(35.485)
Saldo contábil líquido	865	10.068	554	1.113	23.018	9.446	6.372	51.435
Taxas anuais de depreciação - %		10	20	10	10	4		

11. INTANGÍVEL

	Ágio	Custos de desenvolvimento de Novos Produtos	Sistemas Aplicativos Software	Marcas e Patentes	Total
Em 01/01/2016					
Custo	–	27.400	9.352	1	36.753
Amortização acumulada	–	(2.060)	(6.913)	–	(8.973)
Saldo contábil, líquido	–	25.340	2.439	1	27.780
Em 31/12/2016					
Saldo inicial	–	25.340	2.439	1	27.780
Aquisições	158.600	5.378	1.419	–	165.397
Amortização	–	(1.042)	(1.007)	–	(2.049)
Baixa	–	–	–	–	–
Saldo contábil, líquido	158.600	29.676	2.851	1	191.128
Em 31/12/2016					
Custo	158.600	32.778	10.771	1	202.150
Amortização acumulada	–	(3.102)	(7.920)	–	(11.022)
Saldo contábil, líquido	158.600	29.676	2.851	1	191.128
Em 31/12/2017					
Saldo inicial	158.600	29.676	2.851	1	191.128
Aquisições	–	4.771	797	–	5.568
Baixas	–	–	1	–	1
Amortização acumulada	–	(1.365)	(1.202)	–	(2.567)
Saldo contábil, líquido	158.600	33.082	2.447	1	194.130
Em 31/12/2017					
Custo	158.600	34.447	3.649	1	196.697
Amortização acumulada	–	(1.365)	(1.202)	–	(2.567)
Saldo contábil, líquido	**158.600**	**33.082**	**2.447**	**1**	**194.130**

(i) O ágio foi transferido para a Arysta quando da incorporação da MAS em 1º de Julho de 2016. Os gastos com obtenção de licenças, registros e os gastos internos no desenvolvimento de novos produtos serão amortizados a partir do início das vendas conforme expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Companhia, e depende de aprovação dos órgãos reguladores.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	Taxa de juros	2017	2016
Empréstimos - Finimp	4,95% a.m	82.381	231.608
		82.381	231.608

A Companhia fornece como garantia duplicatas a receber variando de 100% a 120% do total dos empréstimos de capital de giro. Os empréstimos não apresentam cláusulas restritivas.

13. TRANSAÇÕES E SALDOS RELEVANTES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas com empresas relacionadas são efetuadas no contexto normal de suas operações, de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes. Os saldos em aberto com empresas relacionadas estão demonstrados como segue:

Contas a receber	2017	2016
Arysta Lifescience Argentina	1.504	1.199
Arysta Lifescience Chile	553	597
Arysta Lifescience Guatemala	2.007	1.155
Arysta Lifescience México	1.273	–
Arysta Lifescience Paraguay	24.631	24.400
Arysta Lifescience S.A.	1.019	1.738
Platform Sales Suisse GMBH	–	1.958
	30.987	31.047
Adiantamento a fornecedores		
Arysta LifeScience Corporation	–	11.508
Arysta North América	–	30.822
Grupo Bioquímico Mexicano S.A	–	213
Volcano Agroscience (PTY) Ltd.	–	6.076
	–	48.619
Total do ativo circulante	**30.987**	**79.666**
Fornecedores	**2017**	**2016**
Arysta Benelux	2.961	–
Arysta LifeScience Corporation	11.176	6.725
Arysta Netherlands	1.983	–
Volcano Agroscience (PTY) Ltd.	40.141	6.911
Grupo Bioquímico Mexicano S.A	7.413	1
Platform	389	–
Arysta LIfescience (Shanghai) Co.	22.461	21.805
Ajuste a valor presente	(1.525)	(732)
Total do passivo circulante	**84.999**	**34.710**

Durante 2017, a Companhia importou matérias-primas de partes relacionadas no montante de R$ 567.439 (R$ 444.069 em 2016). **13.1. Remuneração do pessoal - chave da Administração:** O pessoal-chave da administração inclui os diretores-presidentes, financeiro, comercial, de marketing e de operações. O valor da remuneração e benefícios concedidos ao pessoal estratégico da Administração foi de R$ 13.589 em 2017 (R$ 10.078 em 2016).

14. FORNECEDORES

	2017	2016
Fornecedores Nacionais	35.006	26.122
Fornecedores Estrangeiros	41.632	48.257
Importação em andamento (FOB)	7.693	1.095
	84.331	75.474

15. IMPOSTOS E PARCELAMENTOS

Circulante	2017	2016
IRPJ a Pagar	17.452	18.060
CSSL a Pagar	6.621	7.016
Parcelamento Lei 11 .941 /09 (i)	9.495	8.888
Parcelamento PEP (ii)	1.151	781
Outros impostos Terceiros	3.621	1.619
	38.340	36.364

Não circulante	2017	2016
Parcelamento Lei 11 .941 /09 (i)	55.388	60.734
Parcelamento PEP (ii)	12.902	15.908
	68.290	76.642

(i) No 2º semestre de 2009, a Diretoria da Companhia aprovou a adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários - Lei nº 11.941/09 e MP 470/09. Dessa forma, em 30 de novembro de 2009 foi contabilizado na rubrica de "Provisões e outras contas a pagar" os débitos e tributos federais elegíveis ao específico parcelamento no montante de R$65.665, sendo R$27.813 de principal, e R$37.852 de multa e juros. Durante o ano de 2010, a Companhia analisou suas causas tributárias e adicionou ao parcelamento valor referente ao Programa de Integração Social (PIS) referentes a processo de questionamento do alargamento da base de cálculo do imposto, no valor de R$3.107 de principal, mais R$3.352 de multa e juros registrados diretamente nas rubricas de "Outras receitas (despesas) operacionais" e "Despesas financeiras", respectivamente. Durante o exercício de 2011, houve consolidação do parcelamento e os valores pagos somam R$26.888 em 2015 com 75 parcelas pagas. (ii) Durante o exercício de 2013, a Companhia se inscreveu em novo programa de parcelamento referente a impostos federais e estaduais conforme segue: (i) A Companhia tomava créditos de ICMS sobre combustível utilizado em sua frota de automóveis, com base em decisões desfavoráveis percebidas, a Companhia desistiu do processo de recuperação destes créditos, e pagou à vista o valor total de R$4.112, dos quais principal de R$1.836, multa de R$692 e juros no valor de R$3.960, e desconto concedido no valor de R$2.376; (ii) A Companhia incluiu no parcelamento valores compensados no passado com direitos creditórios no valor de R$9.739, com multa de R$5.512, juros no valor de R$ 18.500 e um desconto concedido no valor de R$7.400. Os descontos foram registrados na rubrica de outras receitas operacionais.

16. PATRIMÔNIO LIQUIDO

(a) Capital Social: Em 01 de julho de 2016 o capital social da Arysta foi aumentado em R$ 292.340, saindo de R$ 8.357 para R$ 300.697 como resultado das incorporações das empresas, MAS e Macdermid. Esse aumento gerou a emissão de 1.384.461 novas ações pela Companhia, pelo preço de emissão total de R$ 292.340, correspondentes ao preço de emissão por ação de R$ 211,16. Em ata extraordinária realizada em 28 de Abril de 2017, a Companhia aprovou a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2016 com o aumento de capital social da Companhia em R$ 19.756, na proporção da participação dos acionistas, sem emissão de novas ações nominativas. O capital social da Arysta foi aumentado para R$ 320.454. Ao final da transação o capital da Arysta fica assim representado em 31 de dezembro:

Sócio-Quotista	2015 Quotas	%
Arysta Lifescience Corporation - Japão	7.088.493	84,82
Hokko Kagaku Kogyo Kabushiki Kaisha - Japão	1.268.313	15,18
	8.356.806	100

Sócio-Quotista	2016 Quotas	%
Arysta Lifescience Corporation - Japão	7.088.493	72,77
Hokko Chemical Industry CO.,Ltd. Japão	1.268.313	13,02
Macdermid Agricultural Solutions Holdings B.V.	1.384.461	14,21
	9.741.267	100

Sócio-Quotista	2017 Quotas	%
Arysta Lifescience Corporation - Japão	7.088.493	72,77
Hokko Chemical Industry CO.,Ltd. Japão	1.268.313	13,02
Macdermid Agricultural Solutions Holdings B.V.	1.384.461	14,21
	9.741.267	100

(b) Juros sobre o capital próprio: A Companhia destinou aos acionistas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente nos exercícios, no montante de R$43.833 (R$ 40.408 em 2016). Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia excluiu os efeitos de juros sobre capital próprio sobre o resultado financeiro líquido no montante de R$43.833, demonstrando o valor como distribuição do capital nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido. **(c) Dividendos Propostos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, está demonstrada na Nota 17. **(d) Reserva Legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Ao final do exercício de 2016, a Companhia destinou o valor de R$ 60.139. Em Ata extraordinária realizada em 28 de Abril de 2017, a Companhia aprovou a destinação do valor em R$ 3.943 para composição da Reserva legal da companhia, que passou a ser de R$ 64.083. **(e) Reserva de Retenção de Lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **(f) Lucro por ação básico e diluído:** O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	156.849	204.643
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	9.050.933	9.050.933
Lucro básico e diluído por ação - R$	17,33	22,61

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum instrumento com efeito diluído, sendo assim os valores do lucro básico e diluído por ação são os mesmos.

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	156.849	204.643
Constituição da reserva legal (5%) (i)	(3.944)	(60.139)
Base de cálculo dos dividendos	152.905	144.504
Dividendo mínimo obrigatório (1%) (ii)	(1.529)	(1.445)
Dividendo adicional proposto a pagar	(100.200)	(224.250)
Total de dividendos	(101.729)	(225.695)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	65%	110%

(i) A empresa não aplicou o 5% da reserva legal sobre o Lucro Líquido do exercício para não ultrapassar o limite permitido do capital social, de 20% (Nota 16 (d)). (ii) Conforme Estatuto Social registrado em 27/07/2016, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício e a diretoria poderá declarar juros sobre capital próprio, nos termos do 7º do artigo da Lei nº 9.245/95 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. A empresa registrou em 25/10/2017 a Ata Extraordinária deliberando sobre o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, calculados sobre as contas do Patrimônio líquido da Companhia o valor Bruto de R$ 43.833 e liquido de R$ 38.198. O pagamento para os acionistas ocorreu em 19/12/2017 no montante liquido R$ 38.198.

18. TRIBUTOS DIFERIDOS

(a) Composição dos créditos tributários:

Créditos tributários (ativo)	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	18.086	13.714
Provisão Clientes	(2.403)	(528)
Provisão Contas a Receber	13	13
Provisão de Perda de Materiais	494	1.341
AVP - Duplicatas a Receber	16.244	17.002
Ativo - *Impaiment*	609	708
Precatório *Impairment*	2.017	2.017
Provisão PLR	5.373	6.222
Provisão para Despesas com Projetos	337	449
Provisão para Devoluções de Mercadorias	20.821	16.653
Provisão para devolução mercadoria a preço custo	(12.492)	(9.952)
Provisão de despesas com Auditoria	36	366
Provisão da Previdência Privada	273	823
Provisão para despesas com Contingências Trabalhista	1.024	1.276
Provisão de Plano de Saúde	4.290	2.792
Provisão de Descontos Financeiros	7.480	13.871
Provisão de Incinerações	1.521	1.266
Provisão 13º Salário	7	27
Provisão Férias	9	37
Provisão Contas a Pagar	2.204	4.277
Provisão Fornecedores	18	(17)
Provisão Operação Hedge	(554)	2.028
Provisão Rebates	16.202	15.679
Variação Cambial Máquina WDG	65	62
AVP - Fornecedores Nacionais	(46)	(57)
AVP - Fornecedores Estrangeiros	(59)	(46)
AVP - Fornecedores Estrangeiros - Congêneres	(520)	(249)
Despesas com depreciação 11.638/07	77	77
	81.126	89.851
Débitos tributários (passivo)		
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Amortização do Agio	(16.177)	(5.392)
	(16.177)	(5.392)
Tributos diferidos, líquidos	64.949	84.459
Tributos diferidos líquidos Inicial	(84.459)	(49.376)
Variação no resultado	(19.509)	35.083

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO COM O RESULTADO DA APLICAÇÃO DIRETA DA ALÍQUOTA

	2017 Imposto de renda	2017 Contribuição social	2016 Imposto de renda	2016 Contribuição social
Lucro antes da tributação	208.512	208.512	256.900	256.900
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	52.128	18.766	64.225	23.121
Tributo sobre adições (exclusões) permanentes:				
IRPJ e CSLL sobre adições permanentes	2.403	865	21.497	7.739
IRPJ e CSLL sobre exclusões permanentes	–	–	(26.412)	(9.508)
Incorporação Macdermid	–	–	(7.355)	(2.641)
Incentivo tecnológico	(3.395)	(1.222)	(2.144)	(771)
Transfer Pricing	(1.312)	(472)	–	–
Juros sobre capital próprio	(10.958)	(3.945)	(10.102)	(3.637)
Lei Rouanet	(840)	–	(1.400)	–
Ajuste para aliquota Efetiva	(23)	–	(24)	–
PAT	(332)	–	(331)	–
Tributos no resultado do período	37.671	13.992	37.958	14.303
Corrente		(32.154)		(80.437)
Diferido		(19.509)		28.180

20. PLANO DE PENSÃO E PLANO DE SAÚDE

	2017	2016
Obrigações registradas no balanço patrimonial		
com Benefícios de planos de pensão (a)	3.848	3.790
Plano de contribuição definida (i)	2.745	4.597
	6.593	**8.387**
Benefícios de saúde pós-emprego (b)	12.619	8.212
Provisões de planos (ii)	802	2.419
	13.421	**10.631**
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado		
Benefícios de planos de pensão	463	411
Benefícios de saúde pós-emprego	1.236	822
	1.699	**1.233**
Mensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente		
Benefícios de planos de pensão	336	1.745
Benefícios de saúde pós-emprego	3.640	2.750
	3.976	**4.495**

(i) Em dezembro de 2009 a empresa migrou do plano de benefício Definido (BD) para o plano de Contribuição Definida (CD). Essa migração foi opcional para os funcionários, e posteriormente fechado para novas adesões. Mediante essa migração, foi assinado o contrato de confissão de dívida do plano Contribuição Definida (ArystaPrev), na qual vem sendo amortizada em 171 parcelas. (ii) A Companhia mantém duas confissões de dívida firmados em 2007 e 2016, referente ao plano benefício Definido (BD) com prazo de liquidação de 9,31 anos. Mediante posição da BB Previdência recebida em Dezembro de 2017, mantivemos o saldo para um possível equacionamento do Déficit do plano. **(a) Benefícios de planos de pensão:** A Companhia patrocina um plano de benefícios previdenciários, na modalidade de benefício Definido, voltado aos seus empregados e administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil. O plano de benefícios previdenciário, na modalidade de contribuição variável, é patrocinado pela Arysta Lifescience e administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão. As hipóteses atuariais adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas, dando origem então à apuração de ganhos e perdas atuariais. As hipóteses adotadas em uma avaliação atuarial podem ser classificadas em: financeiras, biométricas e outros fatores. O estudo de aderência da tábua de mortalidade foi elaborado pela Administradora do plano de previdência da Arysta - BB Previdência. As principais premissas utilizadas para os cálculos foram: • A taxa combinada (HCCTR+ Aging factor) 2,5%. • Taxa de desconto: 4,93% a.a. deduzida a inflação. • Rotatividade: 12,3 % (histórico de desligamentos dos últimos anos). • Tábua de mortalidade: AT-83 por sexo. A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2017, é de 9 anos. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

Plano de pensão	2017	2016
Valor presente das obrigações financiadas	(21.707)	(20.267)
Valor justo dos ativos do plano	17.859	16.477
	(3.848)	(3.790)

(b) Benefícios de saúde pós-emprego: Estabelecido pela Lei 9656/98, a Arysta tem como política interna, definida na Ata da Reunião de Diretoria realizada em 22 de abril de 2003, que os funcionários que se aposentarem na Companhia tem direito a permanecer no Plano de Assistência Médica de forma vitalícia, tendo seus custos e do cônjuge custeados integralmente pela Arysta.

Plano de saúde	2017	2016
Valor presente das obrigações financiadas	(12.619)	(8.212)

As principais premissas utilizadas para os cálculos foram: • A taxa combinada (HCCTR+ Aging factor) 2,5%. • Taxa de desconto: 4,93% a.a. deduzida a inflação. • Rotatividade: 12,3 % (histórico de desligamentos dos últimos anos). • Tábua de mortalidade: AT-83 por sexo.

21. PROVISÕES

Circulante	2017	2016
Provisão para devoluções de vendas (i)	24.495	19.708
Participação nos resultados	15.803	18.300
Provisão para gastos com incineração de embalagens	4.474	3.724
Provisão para desconto financeiro a clientes (ii)	22.001	40.797
Provisão para rebates (iii)	47.652	46.115
Provisão para projetos	990	1.320
Provisão para Contas a Pagar	6.482	12.579
Provisão para Hedge	–	5.966
Outras provisões	874	2.191
	122.771	151.100

(i) Provisão de devolução é constituída baseada em um percentual histórico de devoluções efetivas além de uma análise de projeções de mercado visando refletir de forma clara a correta mensuração de desempenho quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade a Companhia. (ii) Provisão de desconto financeiro é constituído mediante uma condição futura específica acordada entre vendedor e comprador quando da realização do negócio comercial visando a fidelização de clientes, alavancar o volume de vendas, incentivar o pagamento em dia e premiar clientes que pagam pontualmente. A Provisão de Desconto financeiro segue a regra da média dos últimos 3 anos (2% sobre o contas a receber em aberto). Em 2016 devido à crise de liquidez no mercado e visando mitigar riscos de aumento de inadimplência a Administração constitui uma provisão em um volume superior ao histórico concedendo descontos financeiros para pagamento antecipado e pagamento em pontualidade. Estes foram os principais direcionadores que levaram a variação da provisão entre os anos de 2016 e 2017. Em 2017 a perspectiva do mercado melhorou e não houve necessidade de constituir estas mesmas rubricas de provisão. (iii) Provisão de rebate é um incentivo ou suplementos às vendas do produto, visando maior competitividade e fortalecimento do relacionamento entre a Companhia e os clientes. O pagamento segue regras e procedimentos aprovados previamente em política interna e a participação por parte dos clientes está sujeita ao cumprimento de critérios.

22. RECEITA LÍQUIDA

	2017	2016
Receita operacional bruta de vendas	1.465.808	1.397.295
Receita operacional bruta de serviços	3.372	4.111
Devoluções de vendas e abatimentos	(135.421)	(48.119)
ICMS sobre e serviços vendas	(16.652)	(17.155)
Outros impostos	(2.576)	(3.650)
Receita líquida de vendas e serviços	1.314.531	1.332.482

23. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

	2017	2016
Consumo de Materiais ligados diretamente ao Processo Produtivo	642.368	583.677
Consumo de Mercadorias de Revendas adquiridos de terceiros	188.402	164.102
Mão de Obra Direta ligada diretamente a Produção	7.944	13.905
Consumo de Energia Elétrica no Processo Produtivo	1.147	901
Gastos de Fabricação Direta	14.831	10.305
Depreciação	3.389	2.128
Gastos Gerais Indiretos	16.887	13.383
AVP e Provisão de devoluções	(15.386)	5.211
	865.582	793.612

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E VENDAS

	2017	2016
Despesas com pessoal	67.476	67.792
Despesas com serviços contratados - PJ	40.771	40.260
Despesas com benefícios com pessoal	23.728	20.275
Despesas gerais	13.846	14.412
Despesas/créditos com créditos incobráveis	12.980	13.893
Despesas com projetos e campanhas	14.013	12.692
Despesas com aluguéis e arrendamentos	9.360	9.981
Despesas com viagens e representações	8.117	9.513
Despesas com impostos, taxas e contribuições	5.287	4.952
Despesas com depreciação e amortização	4.468	3.593
Despesas com armazenagens	2.749	2.092
Despesas com comunicações e instruções	1.885	1.351
Provisões (i)	11.488	917
Despesas com serviços contratados - PF	667	691
Outras despesas	381	446
	217.216	202.860

(i) Dentro do grupo de provisões, a mais relevante de variação de saldos em 2017 é a provisão para créditos de liquidação duvidosa. O aumento de R$ 10.571 de um ano para outro é devido aos casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive setores específicos, recuperação judicial e outros fatores que impactaram alguns clientes da carteira do contas a receber.

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2017	2016
Receita financeira		
Receitas com aplicações financeiras	4.208	4.851
Receitas com descontos obtidos	181	150
Receitas com juros de duplicatas	49.030	36.047
AVP - Duplicatas a receber	78.256	61.263
Variações cambiais ativas	36.150	64.372
Receita Juros Partes Relacionadas		430
Receitas de operação Hedge (i)	18.241	25.456
Outras receitas (despesas) liquida	845	1.024
Total da receita financeira	186.911	193.593
Despesa financeira		
Com terceiros	(6.569)	(9.307)
Com partes relacionadas	(447)	(1.649)
Despesas com descontos concedidos	(116.528)	(133.650)
Variações cambiais passivas	(43.636)	(44.402)
Juros e Multa - Parcelamento Lei 11.941/09	(6.103)	(8.326)
Despesas de operação Hedge (i)	(25.787)	(54.043)
Outras despesas	(15.278)	(12.219)
Total da despesa financeira	(214.348)	(263.607)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(27.437)	(70.014)

(i) A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações da Companhia que estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, a Companhia usa contratos a termo negociados com os bancos locais. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger 100% de sua exposição em moedas diferentes da moeda funcional, política essa vigente desde janeiro de 2016.

26. BENS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os valores de R$20.419 (R$12.138 em 2016) referem-se a bens recebidos em renegociações de dívidas, substancialmente representados por terras (fazendas e lotes) sendo registrado no momento da troca pelo seu valor justo, e ajustado ao menor entre o custo e valor de mercado após registro inicial. A Administração não tem a intenção de manter tais ativos, e tem envidado esforços para a sua venda.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

(a) Composição: A Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

	Depósitos judiciais 2017	Depósitos judiciais 2016	Provisão para contingências 2017	Provisão para contingências 2016
Tributárias	132	132		
Trabalhistas	190	196	1.458	1.663
Cíveis	1.432	1.415	833	764
	1.754	1.743	2.291	2.427

(b) Movimentação de provisão de contingências:

	Cível	Trabalhista	Total
Em 1º de janeiro de 2016	667	311	978
Constituições	97	1.370	1.467
Reversões	–	(18)	(18)
Pagamentos	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	764	1.663	2.427
Constituições	69	199	268
Reversões	–	(404)	(404)
Pagamentos	–	–	–
	833	1.458	2.291

(c) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e/ou externos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: • Trabalhistas - consistem no descontentamento de ex colaboradores, que questionam na Justiça Especializada do Trabalho, direitos decorrentes da relação de emprego ou trabalho que entendem terem sido cumpridos. • Cíveis - Temos um processos nesse âmbito. a. Outro processo civil refere à SGL Express Transportes - Quebra Contrato. O valor da causa atualizada em 31 de dezembro de 2017 R$ 833. **(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia têm ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2017	2016
Trabalhistas	624	113
Cíveis	1.669	1.532
Tributário	5.344	20.056
Ambiental (i)	3.175	3.115
	10.812	24.816

(i) Trata-se de Ação Popular acerca dos danos ambientais ocasionados na cidade de Ulianópolis / PA pela Companhia Brasileira de Bauxita - CBB, a qual deixou de incinerar os resíduos industriais a ela remetidos, deixando-os expostos a céu aberto. Ação distribuída em 05/06/2009.

28. GARANTIAS PRESTADAS/OPERAÇÕES DE VENDOR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia mantinha cartas de fiança e avais juntos às instituições financeiras devido às operações de crédito rural de seus clientes nos montantes de R$89.107 e (R$106.828 em 2016), respectivamente. Em 31 de Janeiro de 2017 a Companhia parou de efetuar operações de vendor tendo o montante de R$ 517 em 2016.

29. SEGUROS

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de responsabilidade civil. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

DIRETORIA

FABIO TORRETA
Diretor Presidente

YUJI HAMADA
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTROLLER

DANIEL KLEIN
CRC 264379/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. Opinião com ressalva - limitação de escopo • Examinamos as demonstrações financeiras da Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. • Base para opinião com ressalva - limitação de escopo Conforme descrito na Nota 11 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado em seu ativo intangível ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R$ 158.600 mil, decorrente de aquisição de empresa. Contudo, a Administração da Companhia não nos apresentou a avaliação sobre a necessidade, ou não, de ajuste do saldo do ágio ao valor recuperável. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que os ativos intangíveis com vida útil indefinida, como o ágio, sejam testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre o valor recuperável do ágio. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5 "S" SP